



DESCOLONIZANDO O CURRÍCULO NA ESCOLA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Rainei Rodrigues Jadejiski¹

Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (Sedu/ES)

Gilda de Almeida Bastos²

Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (Sedu/ES)

Resumo: Este relato de experiência apresenta uma proposta de trabalho para a educação das relações étnico-raciais desenvolvida na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Pastor Antonio Nunes de Carvalho, em Alto Rio Novo (ES). O texto problematiza o eurocentrismo nos currículos, as desigualdades raciais e os silenciamentos que atravessam a escola pública brasileira. O objetivo é analisar como práticas de leitura, escrita e publicação de textos literários com referências africanas, afro-brasileiras e indígenas, articuladas ao trabalho com o cânone, contribuem para tensionar estéticas hegemônicas e afirmar identidades negras e indígenas no contexto escolar. Metodologicamente, trata-se de um relato analítico de experiência, construído a partir do acompanhamento, pela área de Linguagens e Códigos, de rodas de leitura, tertúlias dialógicas literárias e da organização do livro “Nossas vozes, nossas histórias: educação e relações étnico-raciais”, composto por textos autorais de estudantes. Os resultados indicam que a inserção sistemática de autoras e autores negros e indígenas no cotidiano das aulas ampliou repertórios culturais, fortaleceu o sentimento de pertencimento e favoreceu a produção de narrativas nas quais os estudantes se reconhecem como sujeitos de direito e de memória. Conclui-se que o trabalho com a literatura, quando orientado por uma perspectiva antirracista, constitui potente estratégia pedagógica para a descolonização dos currículos e para a promoção de justiça social na escola.

Palavras-chave: Currículo; Escrita; Literatura; Memória; Raça.

1. Introdução

A persistência do eurocentrismo nos currículos escolares tem produzido silenciamentos históricos e limitado o reconhecimento das múltiplas identidades que compõem a experiência social dos estudantes na escola. Nesse contexto, a educação para as relações étnico-raciais assume centralidade como estratégia de enfrentamento às desigualdades simbólicas e de construção de práticas curriculares mais plurais e socialmente justas.

É nesse horizonte que se insere o presente relato de experiência, de natureza qualitativa e caráter descritivo-analítico, fundamentado na observação sistemática de práticas pedagógicas desenvolvidas ao longo do ano letivo de 2025 na Escola Estadual de Ensino Fundamental e

¹ Email: raineirj@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/5288552247301927>

² Email: gildaab@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/4715161365720958>

Médio Pastor Antonio Nunes de Carvalho, situada no município de Alto Rio Novo (ES). A experiência esteve orientada pela descolonização do currículo por meio do trabalho contínuo com leitura, escrita literária e publicação de textos autorais produzidos por estudantes.

A prática teve como objetivo promover o uso de textos literários de autoras e autores negros, indígenas e afro-brasileiros — em articulação crítica com o cânone tradicional — visando ao fortalecimento de identificações positivas, à ampliação de repertórios culturais e ao estímulo à produção autoral discente. Em consonância com as Leis nº 10.639/2003 (BRASIL, 2003) e nº 11.645/2008 (BRASIL, 2008), a proposta buscou ultrapassar uma abordagem meramente normativa, compreendendo a literatura como espaço de memória, crítica, pertencimento e afirmação identitária.

Como resultado desse processo formativo, foi organizado o livro “Nossas vozes, nossas histórias: educação e relações étnico-raciais” (Galdino; Jadejiski, 2025), reunindo produções autorais dos estudantes (Figura 1). A publicação foi viabilizada com recursos provenientes da Portaria nº 362-R, de 26 de dezembro de 2024 (Espírito Santo, 2024), vinculados ao Programa Estadual de Gestão Financeira Escolar (Progefe), com destinação específica ao Programa de Educação das Relações Étnico-Raciais (ProERER), instituído pelo Decreto nº 5389-R, de 9 de maio de 2023 (Espírito Santo, 2023).

Figura 1 – Capa do livro “Nossas vozes, nossas histórias: educação e relações étnico-raciais”, elaborada a partir de ilustração produzida por estudante da escola



Capa do livro Nossas vozes, nossas histórias: educação e relações étnico-raciais, com ilustração em tons de cinza que retrata um grupo de pessoas negras, dispostas lado a lado, com expressões diversas e os rostos voltados para o observador. O título aparece em destaque na cor laranja sobre fundo escuro. Na parte superior constam os nomes dos organizadores e, na inferior, o logotipo da editora.

Fonte: Site da Editora Schreiben (2025).

Ao longo do texto, são apresentadas as condições de realização da experiência, as ações desenvolvidas, os principais aprendizados decorrentes do processo e reflexões acerca da potência da literatura como estratégia de justiça curricular e social no cotidiano escolar.

1. Contexto da experiência

A experiência relatada foi desenvolvida na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Pastor Antônio Nunes de Carvalho, localizada em Alto Rio Novo, na região noroeste do estado do Espírito Santo. Com pouco mais de sete mil habitantes (IBGE, 2022), o município possui características de cidade pequena, com forte presença de comunidades rurais e vínculos comunitários expressivos. Nesse cenário, a escola assume um papel central na formação escolar, pois é a única instituição do município que oferta tanto os Anos Finais do Ensino Fundamental quanto o Ensino Médio, tornando-se referência educacional, cultural e social para toda a comunidade.

A escola organiza-se em três turnos. No matutino, são ofertadas doze turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental. No turno integral, com jornada de sete horas (intermediário - tarde), funcionam oito turmas de Ensino Médio. No período noturno, a instituição abriga o Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos (NEEJA), ampliando o acesso à escolarização de jovens e adultos do município. Na experiência aqui relatada, estiveram envolvidos estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio em tempo integral, que constituem a maior parte do corpo discente da instituição.

Nos últimos anos, a escola tem se mobilizado para fortalecer práticas de leitura, escrita e debate crítico, especialmente no enfrentamento do racismo e na promoção da diversidade étnico-racial, em consonância com o que determinam as Leis nº 10.639/2003 (BRASIL, 2003) e nº 11.645/2008 (BRASIL, 2008). A implementação dessas legislações tem se configurado como uma oportunidade para revisar práticas pedagógicas e ampliar repertórios culturais, deslocando o currículo de uma lógica exclusivamente eurocêntrica para perspectivas mais plurais.

Nesse movimento, a educação para as relações étnico-raciais passou a ser assumida como um compromisso coletivo da escola, com destaque para a atuação da área de Linguagens e Códigos, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio. Os docentes dessa área vêm desenvolvendo ações contínuas de leitura, estudo literário, produção textual e diálogo crítico sobre identidade, cultura e relações étnico-raciais, trabalho que se consolidou como uma marca

institucional e que, em 2025, ganhou novo fôlego com a organização e publicação do livro “Nossas vozes, nossas histórias: educação e relações étnico-raciais” (Galdino; Jadejiski, 2025), reunindo textos autorais produzidos pelos estudantes.

Assim, o contexto da experiência é marcado pela confluência de três elementos fundamentais: uma escola que é referência para um município pequeno; um território cujas dinâmicas sociais e culturais demandam práticas pedagógicas que reconheçam a pluralidade de identidades; e uma equipe docente que vem assumindo o compromisso de descolonizar o currículo a partir da leitura do cânone literário, da escrita e da valorização das narrativas dos estudantes. Esses fatores criaram condições favoráveis para o desenvolvimento da prática aqui relatada, que articula literatura, identidade, pertencimento e justiça racial no cotidiano escolar.

2. Descrição da prática

A prática pedagógica que resultou na publicação do livro foi desenvolvida ao longo do ano letivo de 2025 e articulou leitura, escrita, ilustração, curadoria e debate crítico acerca das relações étnico-raciais. Fundamentada no entendimento de que a descolonização curricular exige romper silenciamentos e reposicionar sujeitos historicamente marginalizados (Gomes, 2012), a área de Linguagens e Códigos organizou um percurso que possibilitou aos estudantes exercitarem autoria, expressão estética e reflexão sobre identidade, raça, território e memória. A literatura foi compreendida, conforme discute Azevedo (2021), como campo de disputa simbólica, no qual vozes negras, indígenas e periféricas precisam ser afirmadas para tensionar narrativas hegemônicas.

O projeto teve início com rodas de leitura e tertúlias dialógicas envolvendo textos literários de autores e autoras negros e indígenas. Esse movimento respondia à crítica de Munanga (2015) sobre os apagamentos que historicamente marcam o tratamento da história africana e indígena nos currículos escolares. As leituras funcionaram como disparadoras de debates que exploravam temas como ancestralidade, racismo, desigualdades estruturais, estética e representação, permitindo que os estudantes reconhecessem similitudes entre suas vivências e as experiências retratadas nos textos.

A partir dessa base formativa, foram lançados dois editais internos que estruturaram o processo de criação do livro. O primeiro edital convocava estudantes de todas as séries a participarem de um concurso de desenhos, sendo uma das categorias dedicada à produção de ilustrações sobre a educação para as relações étnico-raciais. A proposta buscava ampliar o campo expressivo dos estudantes e incorporar outras linguagens à discussão antirracista. Três desenhos foram

selecionados para compor o livro, inclusive aquele que se tornou a imagem da capa. Esse gesto reforçou, simbolicamente, que a obra foi construída pelas mãos e vozes dos sujeitos que a vivenciaram.

O segundo edital convidou estudantes do Ensino Fundamental e Médio a submeterem textos autorais em prosa (contos e crônicas) ou verso (poemas e poesias). Em sala de aula, as professoras de Língua Portuguesa acompanharam todo o processo de escrita, por meio de leituras guiadas, devolutivas individuais e revisões. O acompanhamento docente buscou garantir que a escrita fosse compreendida como prática social e dialógica, alinhada à perspectiva de Ribeiro (2019), que defende a responsabilidade ética das instituições educativas em promover ambientes nos quais sujeitos racializados possam se expressar, reconstruir narrativas e elaborar criticamente suas experiências.

A seleção dos textos não se estruturou como competição, mas como processo de valorização das narrativas produzidas pela comunidade escolar. A cada leitura, discutia-se a força estética dos textos, seu diálogo com temas como pertencimento, memória, identidade, raça e território, e as escolhas linguísticas que fortaleciam as produções. O livro, então, passou a ser concebido como espaço de encontro entre diferentes modos de contar e ver o mundo.

Concluída a seleção, a escola iniciou a organização editorial do projeto, produzindo duas versões do livro: uma impressa e uma versão e-book, ampliando as possibilidades de circulação da obra. A culminância do processo ocorreu no dia 1º de dezembro, às 19h, em um lançamento realizado na quadra da escola. O evento envolveu apresentações culturais, leitura de trechos do livro, entrega simbólica dos exemplares, fotografias e momentos de celebração coletiva. Todos os estudantes autores participaram, acompanhados por suas famílias, num ambiente que reforçou o orgulho e o pertencimento comunitário.

Como forma de marcar o compromisso institucional com a educação para as relações étnico-raciais — e produzir a materialidade simbólica desse compromisso — a escola confeccionou uma camisa temática, utilizada por estudantes e servidores no dia do lançamento. O gesto expressou, além de unidade estética, o entendimento de que a luta antirracista é também uma construção coletiva, cotidiana e pública.

Assim, a organização do livro configurou-se como um percurso formativo que integrou leitura crítica, produção textual, expressão artística e debate teórico sobre currículo e identidade. O processo reafirmou que, quando os estudantes têm suas histórias legitimadas e publicadas, vivenciam um movimento que se aproxima do que Gomes (2012) descreve como ruptura epistemológica: a passagem de objetos de estudo para sujeitos produtores de conhecimento. Dessa forma, a experiência contribuiu para ressignificar o lugar da literatura no currículo,

ampliar repertórios culturais e afirmar que as vozes dos estudantes de Alto Rio Novo são parte constitutiva da produção estética e social brasileira.

3. Resultados e Aprendizados

Os resultados observados ao longo da experiência revelaram transformações significativas no modo como os estudantes se relacionaram com a leitura, a escrita, a escola e consigo mesmos. À medida que o projeto avançava, tornou-se evidente que a inserção sistemática de autoras e autores negros e indígenas — articulada à produção textual e ao concurso de ilustrações — contribuiu para ampliar repertórios culturais e tensionar visões cristalizadas sobre o que pode ou não ser considerado literatura. Diversos estudantes relataram que foi a primeira vez que se viram representados nos textos que liam, o que dialoga com o que defende Munanga (2015) ao afirmar que o reconhecimento da própria história e ancestralidade é condição fundamental para combater séculos de silenciamento e distorções sobre a presença negra e indígena na sociedade brasileira.

No processo de escrita, os estudantes se sentiram convidados a assumir a autoria de suas narrativas, percebendo que suas vidas, memórias, territórios e percepções possuíam valor literário. Esse reconhecimento teve forte impacto emocional e identitário. Alguns expressaram orgulho ao ver que suas histórias — antes guardadas apenas no âmbito familiar ou comunitário — agora faziam parte de um livro, legitimadas como produção cultural. A experiência de serem lidos por seus colegas, professores e familiares possibilitou uma mudança na forma como se entendem como sujeitos de direito, de memória e de voz, aproximando-se do que Gomes (2012) caracteriza como ruptura epistemológica: a passagem de sujeitos historicamente silenciados para produtores de conhecimento e de narrativa.

A culminância desse processo ocorreu no lançamento do livro, momento em que estudantes e suas famílias celebraram não apenas o produto, mas o percurso formativo que permitiu a cada um ocupar um lugar de autoria. Ver o próprio texto impresso, ilustrado com desenhos produzidos pelos colegas e apresentado à comunidade, fez com que muitos se sentissem valorizados e pertencentes à escola. Professores e servidores observaram que diversos estudantes, inclusive aqueles com menor participação habitual em atividades escolares, demonstraram maior engajamento, entusiasmo e confiança ao longo do projeto — especialmente ao vestir a camisa temática no dia do lançamento, como símbolo de um compromisso coletivo com a educação para as relações étnico-raciais.

Além dos efeitos sobre os estudantes, a experiência proporcionou importantes aprendizados para a equipe docente. O trabalho evidenciou que práticas pedagógicas antirracistas exigem intencionalidade, planejamento e uma postura contínua de revisão curricular. Tal como aponta Ribeiro (2019), promover ambientes de justiça social demanda que instituições educativas se responsabilizem por criar condições em que vozes marginalizadas possam se expressar e disputar significados no espaço escolar. Para os professores, acompanhar o processo de escrita e ilustração permitiu compreender que a literatura, quando trabalhada de maneira dialógica, sensível e crítica, torna-se ferramenta poderosa de formação humana, fortalecimento identitário e exercício de autoria.

De modo geral, a experiência mostrou que a descolonização do currículo não se realiza apenas pela escolha de obras literárias, mas pela criação de percursos pedagógicos que permitam aos estudantes produzir, interpretar e compartilhar suas próprias narrativas. O livro — em suas versões impressa e digital — tornou-se mais do que um produto: transformou-se em registro de trajetórias, pertencimentos e lutas, além de evidenciar que a escola é espaço legítimo para a afirmação das múltiplas vozes que compõem a diversidade brasileira.

4. Considerações finais

A experiência desenvolvida na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Pastor Antonio Nunes de Carvalho evidenciou que práticas de leitura, escrita e expressão artística, quando orientadas por uma perspectiva antirracista, podem transformar de maneira profunda o currículo e o cotidiano escolar. A publicação do livro consolidou um percurso formativo que ampliou repertórios culturais, fortaleceu identidades e possibilitou que os estudantes se reconhecessem como autores de suas narrativas, afirmando-se como sujeitos de memória, história e direito.

Um aspecto fundamental dessa experiência foi a forma responsável, criativa e inovadora com que a escola aplicou os recursos destinados à educação para as relações étnico-raciais. Ao investir na produção de um livro, a instituição não apenas cumpriu a legislação vigente, mas reinterpretou a política pública de modo inventivo, transformando o recurso financeiro em oportunidade pedagógica concreta. Essa escolha reafirmou o compromisso da escola com a democratização do acesso à cultura, com a valorização das vozes dos estudantes e com o fortalecimento de práticas curriculares que promovam justiça social.

Do ponto de vista pedagógico, a experiência demonstrou que a descolonização do currículo não se limita à inserção de novos conteúdos, mas envolve criar condições para que os estudantes produzam e disputem sentidos no espaço escolar. O livro tornou-se, assim, um dispositivo potente de afirmação identitária e comunitária, ao registrar histórias, memórias e sensibilidades

que normalmente não circulam nas páginas dos materiais escolares tradicionais. Ele permanece como legado tangível do trabalho realizado pela área de Linguagens e como marco na história recente da escola.

Por fim, a prática relatada reafirma que políticas antirracistas, quando assumidas com intencionalidade e rigor pedagógico, podem produzir gestos de transformação profunda na vida escolar. Ao reconhecer o valor das narrativas dos estudantes e ao promover espaços de leitura, escrita e criação coletiva, a escola deu um passo significativo na construção de um currículo mais plural, sensível e comprometido com a superação das desigualdades raciais. Que essa experiência inspire outras instituições a investirem de maneira ética e inovadora nos recursos destinados à promoção da equidade racial, contribuindo para o fortalecimento de uma educação pública comprometida com a inclusão, a pluralidade cultural e a justiça racial.

5. Referências

AZEVEDO, Luiz Mauricio. **Estética e Raça**: ensaios sobre a literatura negra. Porto Alegre: Sulina, 2021.

BRASIL. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 30 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 30 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 30 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Portaria nº 362-R, de 26 de dezembro de 2024**. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros de natureza de Custeio e Capital do Programa Estadual de Gestão Financeira Escolar - Progefe aos Conselhos de Escola [...]. Diário Oficial dos Poderes do Estado, Vitória, 26 dez. 2024. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/edicoes/download/9768>. Acesso em: 15 dez. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Decreto nº 5389-R, de 9 de maio de 2023**. Institui o Programa de Educação das Relações Étnico-Raciais - ProERER no âmbito da rede escolar pública estadual. Diário Oficial dos Poderes do Estado, Vitória, 10 maio 2023. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Decreto%20ProERER.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2025.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012.

Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022: Panorama**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: [https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=N2\[3\]](https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=N2[3]). Acesso em: 15 dez. 2025.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 62, p. 20-31, dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/WxGPWdcytJgSnNKJQ7dMVGz/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 30 nov. 2025.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
SILVA, Laudicéia Galdino da; JADEJISKI, Rainei Rodrigues. **Nossas vozes, nossas histórias: educação e relações étnico-raciais**. Itapiranga: Schreiben, 2025. Disponível em: https://www.editoraschreiben.com/_files/ugd/e7cd6e_30bfb5631598472f84f4f911ce80daaa.pdf. Acesso em: 30 nov. 2025.

TAVARES, Hênio Último da Cunha. **Teoria Literária**. Belo Horizonte: Villa Rica, 1991.